OLHARES
REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ANGOLA: avanços e perspectivas

POLÍTICA DE FORMACIÓN DE PROFESORES DE LA EDUCACIÓN BÁSICA EN ANGOLA: avances y perspectivas

POLICY FOR TRAINING BASIC EDUCATION TEACHERS IN ANGOLA: progress and perspectives

https://doi.org/10.34024/olhares.2026.v14.21408

Laura Vasconcelos de Souza
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
laura.vasconcelos.165@gmail.com

Meire Helen dos Santos Lima [1]
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
meire.helen123@hotmail.com

Kellcia Rezende Souza
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
kellciasouza@ufgd.edu.br

Resumo: Este artigo analisa a política de formação de professores/as da educação básica em Angola entre 2010 e 2025, destacando seu papel estratégico no fortalecimento do sistema educacional e na redução das desigualdades regionais. A pesquisa, de abordagem quanti-qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica e documental. Os resultados mostram que, apesar dos avanços normativos, persistem desafios estruturais, como a escassez de docentes qualificados, a fragilidade da formação continuada e os currículos pouco contextualizados. A análise evidencia ainda a importância da perspectiva étnico-racial na formação de professores, apontando que políticas de valorização, participação e contextualização são essenciais para uma educação de qualidade para todas as pessoas.

Palavras-chave: Política da educação. Formação de professores. Contexto mundial. Angola.

Resumen: Este artículo analiza la política de formación de docentes de la educación básica en Angola entre 2010 y 2025, destacando su papel estratégico en el fortalecimiento del sistema

[1] A pesquisadora contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES). Código de Financiamento 001

educativo y en la reducción de las desigualdades regionales. La investigación, de enfoque cuantitativo y cualitativo, se basa en una revisión bibliográfica y documental. Los resultados muestran que, a pesar de los avances normativos, persisten desafíos estructurales, como la escasez de docentes calificados, la debilidad de la formación continua y los currículos poco contextualizados. El análisis también evidencia la importancia de la perspectiva étnico-racial en la formación docente y señala que las políticas de valorización, participación y contextualización son esenciales para una educación de calidad para todas las personas.

Palabras clave: Política educativa. Formación de profesores. Contexto mundial. Angola.

Abstract: This article examines the policy on training basic education teachers in Angola from 2010 to 2025, highlighting its strategic role in strengthening the education system and reducing regional inequalities. The research, which uses a mixed quantitative and qualitative approach, is based on a review of literature and documents. The results show that despite regulatory advances, structural challenges remain, such as a shortage of qualified teachers, limited ongoing training, and curricula that are not well contextualized. The analysis also highlights the importance of considering ethnic and racial dimensions in teacher training, noting that policies focused on appreciation, participation, and contextualization are essential for education that is both accessible to everyone and socially meaningful.

Keywords: Educational policy. Teacher training. Global context. Angola.

Introdução

A educação tem se consolidado como uma pauta política de relevância no cenário internacional, especialmente por sua função estratégica de aproximar nações. Esse movimento é particularmente evidente entre os países que compõem o chamado Sul Global, entendido, segundo Souza e Souza (2017), como o conjunto de nações periféricas e emergentes que buscam estabelecer relações de cooperação em contraposição à homogeneização socioeconômica e cultural imposta pelos países hegemônicos do hemisfério norte no contexto da globalização. Nesse cenário, observa-se a crescente valorização da educação como eixo estruturante das políticas de cooperação internacional, sobretudo nas relações entre países que compartilham vínculos históricos, como os países colonizados pela Espanha e por Portugal. Conforme discutem Souza e Souza (2017), a internacionalização da educação constitui um meio de fortalecimento dos laços culturais e políticos entre as nações hispânicas e lusófonas.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 17 de julho de 1996, é composta por nove Estados-membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) e tem como objetivo promover a aproximação político-diplomática entre esses países, além de fomentar a cooperação em diversas áreas, entre as quais se destaca a educação (Souza; Bortot; Scaff, 2023).

Nesse contexto, evidencia-se o fortalecimento das relações entre o Brasil e os países africanos lusófonos: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, por meio da criação de redes de colaboração voltadas ao

desenvolvimento de políticas públicas conjuntas no âmbito da CPLP (Souza; Souza, 2017).

Considerando a centralidade da educação como ferramenta de desenvolvimento e de articulação internacional, este estudo propõe analisar as políticas de formação de professores da educação básica em Angola, compreendendo-as como um componente estratégico tanto para a qualificação da educação nacional quanto para o fortalecimento da cooperação internacional entre países lusófonos.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a política de formação de professores da educação básica em Angola no período de 2010 a 2025. Como objetivos específicos, busca-se: (i) identificar o conceito de formação de professores e suas implicações ao longo da história angolana; (ii) caracterizar a estrutura normativa do sistema educacional do país; e (iii) analisar as principais características, avanços e perspectivas das políticas voltadas à formação de professores em Angola.

O texto está organizado em quatro seções principais, além das considerações finais. A primeira apresenta o contexto histórico e educacional de Angola. A segunda discute as políticas de formação de professores da educação básica no país. A terceira aborda os principais desafios e as perspectivas relacionados à formação de professores. A quarta seção desenvolve uma análise crítica das políticas educacionais angolanas. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais resultados e reflexões da pesquisa, indicando caminhos para futuras investigações e para o aprimoramento das políticas públicas na área da educação.

Metodologia

A definição da metodologia constitui um elemento central no delineamento de qualquer investigação científica, pois estabelece os procedimentos teóricos e técnicos que asseguram a validade, a coerência e a profundidade analítica dos resultados alcançados. A investigação em questão adota uma abordagem quanti-qualitativa, conforme delineada por Souza e Kerbauy (2017), combinando procedimentos de análise e de interpretação crítica das informações. A metodologia fundamenta-se na realização de pesquisa bibliográfica e documental.

Conforme Severino (2014), a pesquisa bibliográfica consiste na reunião, análise e interpretação de obras e documentos já existentes sobre determinado tema. A pesquisa documental, por sua vez, segundo Lakatos e Marconi (2003), utiliza fontes primárias, como documentos oficiais, cartas, diários, fotografias, registros estatísticos e outros materiais. Essa prática é essencial para

fundamentar teoricamente o objeto de estudo, apresentar o estado da arte e identificar questões já debatidas na literatura.

Foram analisadas produções acadêmicas, artigos, teses e dissertações que abordam as temáticas da formação de professores, das políticas e dos contextos educacionais em Angola. As principais produções bibliográficas localizadas entre 2010 e 2025 foram identificadas a partir de um levantamento realizado nos seguintes repositórios de pesquisa: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). A escolha desses repositórios decorre de sua reconhecida credibilidade no meio acadêmico e da ampla disponibilidade de produções sobre políticas educacionais em contextos nacionais e internacionais.

Com o objetivo de ampliar o escopo das buscas e localizar produções mais recentes, também foram realizadas consultas ao portal angolano O Pensador[2], um catálogo de revistas científicas que reúne pesquisas desenvolvidas em instituições de ensino superior. As buscas por textos foram realizadas utilizando os descritores entre aspas: “política de formação de professores em Angola” e “política de formação docente”, com o emprego de operadores booleanos, como o AND, para refinar os resultados e localizar produções mais pertinentes ao tema. Foram excluídos os textos cujo recorte temporal não se enquadrava no intervalo definido pela pesquisa (2010 a 2025). Os dados do levantamento são apresentados na Tabela 1.

Ao todo, foram localizadas onze (11) produções bibliográficas que abordam a temática da formação de professores em Angola, distribuídas entre duas (2) teses de doutorado, duas (2) dissertações de mestrado e sete (7) artigos científicos. Registra-se que a seleção dos trabalhos considerou sua pertinência à temática central, o rigor metodológico e a contribuição para a compreensão das políticas educacionais angolanas no campo da formação docente.

Entre os temas abordados pelos autores, observa-se a combinação de diferentes enfoques desenvolvidos nas produções, com predominância de estudos voltados à formação inicial de professores, presente em cinco (5) dos trabalhos analisados. Esses estudos concentram-se na estrutura curricular, nos modelos adotados pelas instituições formadoras e nos desafios enfrentados pelos docentes em formação. Outros três (3) trabalhos discutem a formação continuada, destacando a importância da atualização permanente do professor e a necessidade de políticas públicas voltadas à valorização docente. Além disso, duas (2) produções exploram a formação de professores no meio rural, evidenciando as desigualdades regionais no acesso à qualificação profissional e

[2] Disponível no endereço eletrônico: https://portalpensador.com/index.php/index/pensador/catalog.

Tabela 1 - Dissertações, teses e artigos sobre Políticas de Formação de Professores em Angola, nos repositórios da BDTD e SciELO:

Título	Programa/ Instituição	Ano/ Natureza	Autor/a
A avaliação formativa na formação de professores para o ensino básico em Angola	Mestrado em Educação – UNICAMP	2013 / Dissertação	Alfredo, Francisco Calóia Hombo
Formação de professores em Angola: o perfil do professor do ensino básico	EccoS – Revista Científica (UNIFESP)	2014 / Artigo	Alfredo, Francisco Calóia Hombo; Tortella, Jussara Cristina Barboza
A formação inicial de professores em Angola no contexto da reforma educativa: desafios e necessidades	Universidade do Minho, Braga.	2015 / Tese	Chimuco, Sandra Marisa Nascimento
A formação inicial de professores em Angola no contexto da reforma educativa: um estudo no Instituto Médio Normal de Educação de Benguela/ Escola de formação de professores	Instituto Médio Normal de Educação de Benguela	2018 / Artigo	Chimuco, Sandra Marisa Nascimento; Pacheco, José A.
O Programa Aprendizagem para Todos como instrumento de racionalidade técnica na formação de professores em Angola.	Jornal de Políticas Educacionais UFPR- PR.	2023 / Artigo	Bortot, Camila. Maria; Brás, Chocolate Adão
Formação e prática educativa de professores secundaristas de Lubango, em Angola	Universidade de Sevilha / Educação e Pesquisa – USP	2019 / Artigo	Nicolau, Manuel C.; González-Monteagudo, José
Política de Formação de Professores em Angola: Trajetória e Desafios	ETD – Educação Temática Digital (Campinas, SP)	2023 / Artigo	Brás, Chocolate Adão; SCAFF, Elisângela Alves da Silva.
Formação docente em Angola (2001-201): currículo e política de formação de professores para o Ensino de Jovens e Adultos	Mestrado em Educação-PUC-SP	2017 /Dissertação	Júlia Júnior, André
Política de formação inicial de professores em nível médio em Angola 2010-2022: contexto, atores e implicações.	Doutorado em Educação/UFPR-PR	2024 / Tese	Brás, Chocolate Adão
A precarização da profissão docente em Angola: novos contextos, velhas práticas.	Revista Educação em Debate/UFC- CE	2025 / Artigo	Gomes, João Maria Bazonga; Pedro, Lando Emanuel Ludi
Desafios à formação docente no sector da educação em Angola	Revista Científica de Estudos Multidisciplinares do Planalto Central/Angola	2025 / Artigo	Magalhães, João Pedro; Damásio, Teresa do Rosário Carvalho de Almeida

Fonte: Elaborada pelas autoras.

os obstáculos estruturais que comprometem a efetividade das políticas educacionais nas zonas periféricas e interioranas do país. Esses dados denotam a complexidade e a diversidade dos desafios enfrentados pelo sistema educacional angolano no que diz respeito à formação docente.

Além dos trabalhos acadêmicos, foram selecionados documentos oficiais, como leis, diretrizes nacionais, relatórios do Ministério da Educação de Angola e documentos de organismos internacionais, com o objetivo de subsidiar a análise da política de formação docente à luz das normativas educacionais vigentes no país. O levantamento documental foi realizado nos sites oficiais do governo angolano, especialmente no portal legislativo Angolex[2], o que garantiu a autenticidade e a atualidade das informações.

Registra-se que a escolha do recorte temporal entre 2010 e 2025 justifica-se pelo fato de que, a partir de 2010, com a promulgação da nova Constituição da República de Angola, a educação passou a ser oficialmente reconhecida como um direito fundamental e dever do Estado, o que impulsionou a formulação e a revisão de importantes políticas públicas na área. Em seguida, a publicação do Decreto Presidencial nº 109/11, de 2011, instituiu o Estatuto do Subsistema de Formação de Professores, marcando um marco na estruturação legal e institucional da formação docente no país. Desde então, novas normativas foram implementadas com o objetivo de atualizar e fortalecer a política de formação de professores, culminando em documentos fundamentais, como o Decreto Presidencial nº 273/20, que reformulou o regime jurídico da formação inicial docente.

Portanto, o período selecionado abrange o processo de consolidação e reestruturação das políticas formativas, permitindo uma análise mais precisa e alinhada às transformações recentes da educação angolana. Dentre as principais legislações, destacam-se as apresentadas na Tabela 2, referentes às normatizações da formação de professores para a educação básica em Angola.

A análise quantitativa foi conduzida com base na quantificação de dados extraídos de fontes bibliográficas e documentais, tais como o número de professores formados, os investimentos realizados e os indicadores de qualidade educacional. Para assegurar a validade e a confiabilidade das informações, foram adotados procedimentos de comparação e triangulação entre as fontes. A análise qualitativa, por sua vez, pautou-se na interpretação crítica dos achados, articulando-os à literatura especializada e ao contexto educacional angolano. A combinação dessas abordagens visa oferecer uma compreensão aprofundada e abrangente do fenômeno investigado.

[2] Disponível no site: https://angolex.com/

Tabela 2 – Normatizações, legislações, relatórios e planos da formação de professores em Angola.

Título	Instituição	Ano	Autor
Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro - Lei de Bases do Sistema de Educação.	Governo de Angola	2001	Governo de Angola - Diário da República
Constituição da República da República. Luanda, Angola: Imprensa Nacional, 2010.	Governo de Angola	2010	Governo de Angola - Diário da República
Decreto Presidencial nº 109/11, de 26 de maio – Estatuto do Subsistema de Formação de Professores. Luanda, Angola: Diário da República I Série, Nº 98, 2011.	Governo de Angola	2011	Governo de Angola - Diário da República
Lei n.º 17/16, de 7 de outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I Série, n.º 170. Luanda, Angola: Imprensa Nacional, 2016.	Governo de Angola	2016	Governo de Angola - Diário da República
Decreto Presidencial nº 205/18, de 3 de setembro – Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente.	Governo de Angola	2018	Governo de Angola - Diário da República
Decreto Presidencial nº 273/20, de 21 de outubro - Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário. Diário da República I Série, Nº 168. Luanda, Angola: Imprensa Nacional, 2020.	Governo de Angola	2020	Governo de Angola - Diário da República
Lei nº 1/24, de 22 de outubro de 2024. Do Sistema Nacional de Formação Profissional. Luanda, Angola: Diário da República I Série, Nº 202. Luanda, Angola: Imprensa Nacional, 2024.	Governo de Angola	2024	Governo de Angola - Diário da República

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no site legislativo do governo de Angola (2025)

Contexto histórico e educacional em Angola

Angola é um país localizado na região central do continente africano. Faz fronteira, ao norte e ao nordeste, com a República Democrática do Congo; a leste, com a Zâmbia; a sudeste, com Botsuana; ao sul, com a Namíbia; e a oeste, com o Oceano Atlântico. Possui uma área territorial de 1.246.700 km², sendo o sétimo maior país em extensão territorial do continente africano. Foi colonizado por Portugal e teve sua independência reconhecida em 1975.

A seguir, apresenta-se a Figura 1, que ilustra a localização geográfica de Angola e os países que compõem suas fronteiras:

Figura 1 – Mapa de fronteiras de Angola



Fonte: Guitarrara (2025).

Angola é um país que, de acordo com a Constituição da República de Angola (2010), organiza-se em uma estrutura político-administrativa composta por três níveis principais: províncias, municípios e comunas. O território é dividido em 18 províncias, que se subdividem em 164 municípios e, posteriormente, em 518 comunas. Essa configuração busca assegurar a descentralização administrativa e promover a governança local, aproximando os serviços públicos da população. As províncias possuem governos locais liderados por governadores nomeados pelo Presidente da República, enquanto os municípios e as comunas são administrados por órgãos locais com competências específicas no planejamento e na execução de políticas públicas, inclusive na área da educação (Angola, 2010).

A presença portuguesa em Angola remonta ao século XV, com a chegada dos navegadores à costa atlântica africana. Contudo, foi apenas a partir do século XIX, com a intensificação do projeto colonial impulsionado pela Conferência de Berlim (1884-1885), que o domínio efetivo se consolidou.

A colonização foi marcada por práticas de exploração econômica, repressão cultural e marginalização da população local, especialmente no acesso à educação formal, restrita a uma minoria assimilada. Nesse contexto, o sistema educacional servia à manutenção da ordem colonial e à difusão dos valores europeus, desconsiderando os saberes africanos e reforçando as desigualdades sociais (Balgido Quiage, 2014).

A luta pela independência ganhou força a partir da década de 1950, com o surgimento de movimentos nacionalistas, como o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a

UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), que passaram a confrontar o regime português por meio de ações armadas e de articulações diplomáticas.

A independência foi oficialmente declarada em 11 de novembro de 1975, mas o país mergulhou em uma prolongada guerra civil, que se estendeu até 2002, em razão da disputa entre os próprios movimentos de libertação. Esse processo de emancipação tardio, somado ao conflito interno, impôs grandes desafios à reconstrução nacional e à estruturação de políticas públicas, sobretudo na área da educação (Balgido Quiage, 2014).

Figura 2 – Divisão territorial de Angola.



Fonte: Angola (2025).

Nesse contexto tardio de independência, Balgido Quiage (2014) afirma:

> Indicadores do Ministério da Educação publicados apontavam que cerca de 85% da população de Angola era analfabeta e que, mesmo entre os alfabetizados, poucas pessoas possuíam qualquer qualificação, e apenas uma parcela reduzida da população tinha formação profissional. (Balgido Quiage, 2014).

Segundo o autor, essa realidade gerou demandas por políticas educacionais voltadas à alfabetização. Nesse sentido, foi criada, em 1976, a Comissão Nacional de Alfabetização, sob a tutela do Ministério da Educação, mas vinculada funcionalmente às estruturas do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), que conduziu uma Campanha Nacional de Alfabetização

com o objetivo de reduzir o número de analfabetos (Balgido Quiage, 2014).

A campanha foi executada por militantes da OMA (Organização da Mulher Angolana) e da JMPLA (Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola), contando também com forte apoio internacional, especialmente de educadores de países como Cuba e a União Soviética, que contribuíram para a formação de professores angolanos e para a implementação de políticas educacionais no país.

Angola é um país em desenvolvimento, caracterizado por desafios significativos em relação aos índices de pobreza, mas com avanços importantes no campo educacional. De acordo com o Índice de Pobreza Multidimensional de Angola (IPM-A), baseado nos Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) de 2015-2016, aproximadamente 54% dos angolanos vivem em situação de pobreza, enfrentando privações em saúde, educação e qualidade de vida multidimensional. Segundo o IPM-A, calculado com base nos dados do IIMS 2015-2016, a taxa de incidência da pobreza multidimensional no país é de 54,0%, o que indica que mais de cinco em cada dez angolanos enfrentam privações simultâneas relacionadas à saúde, à educação, à qualidade de vida e ao emprego (INE-Angola, 2020).

A taxa de alfabetização tem apresentado progresso ao longo dos anos. Em 2014, o censo indicava que cerca de 56% dos jovens com 15 anos ou mais eram alfabetizados, com maiores índices nas áreas urbanas. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027, divulgado pelo governo angolano, a taxa de alfabetização está em torno de 76%, e a meta é elevá-la para 78% até 2027 (Angola, 2023).

A alfabetização permanece como pauta prioritária na agenda da política educacional de Angola, sobretudo porque a taxa de não alfabetização entre pessoas com 15 anos ou mais ainda é de 24% (Angola, 2023). Esse cenário reflete os desdobramentos de uma independência tardia, pois, segundo Quiage (2014), a educação em Angola baseava-se em um quadro não formal, transmitido por meio de histórias, rituais e práticas sociais, com referência aos membros mais velhos. A educação formal era limitada e desigual, voltada à elite ligada à metrópole portuguesa, enquanto a população, especialmente a residente em zonas rurais, tinha pouco ou nenhum acesso à escolarização.

Durante o período pós-independência (1975-1990), o governo buscou transformar a educação e torná-la mais inclusiva, por meio da criação de escolas e da implementação de políticas voltadas ao aumento do acesso. No entanto, a Guerra Civil (1975-2002) e os desafios econômicos dificultaram a expansão e a melhoria da qualidade da educação (Balgido Quiage, 2014).

Após o fim da guerra civil, em abril de 2002, Angola passou por um processo de reconstrução e modernização do sistema educacional. A educação

tornou-se prioridade, com avanços significativos na alfabetização, embora persistam problemas relacionados à infraestrutura e às desigualdades regionais (Balgido Quiage, 2014).

A desigualdade regional na educação angolana manifesta-se na discrepância de acesso à infraestrutura, aos recursos e a professores qualificados. Chimuco e Pacheco (2018) destacam desafios enfrentados na formação de professores, entre eles: a pertinência dos planos de formação, a melhoria do sistema de ensino, o acesso à educação e a erradicação do analfabetismo, sobretudo nas áreas rurais, que enfrentam obstáculos mais acentuados em comparação às zonas urbanas.

Compreender esse percurso histórico permite analisar, de forma mais precisa, como Angola estruturou suas políticas de formação docente, tema abordado na seção seguinte.

Política de formação de professores em Angola

Esta seção tem por objetivo apresentar a estrutura normativa do sistema educacional angolano, conforme estabelecida na legislação do país. Durante o período colonial, a formação de professores praticamente não existia para a população africana. Muitos docentes do ensino primário eram religiosos, enquanto o ensino secundário era dominado por europeus. Os poucos africanos formados eram preparados apenas para exercer funções administrativas no regime colonial, sem acesso ao ensino superior (Silva; Silva, 2014). Nas missões católicas, a formação de professores era limitada e centrada em atividades básicas, como leitura, escrita e aritmética, sem qualquer esforço voltado à formação de líderes educacionais ou de profissionais qualificados (Silva; Silva, 2014).

Ao longo do período colonial, consolidou-se um modelo de educação excludente, que contribuiu para a manutenção de uma estrutura social desigual. A formação restrita impedia a construção de uma identidade educativa autônoma entre os angolanos. Essa abordagem não apenas reforçava a dependência em relação aos conhecimentos europeus, como também marginalizava os saberes e as potencialidades locais, limitando o desenvolvimento crítico e a emancipação dos futuros cidadãos (Púcuta; Luemba, 2022).

O sistema educacional de Angola está estruturado em subsistemas definidos pela Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei nº 17/2016), que estabelece os princípios, níveis e modalidades de ensino no país. De acordo com essa legislação, a educação organiza-se em dois grandes blocos: o Sistema Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Formação Profissional. O Sistema Nacional de Educação é composto por seis subsistemas: (1) Educação

Pré-escolar, (2) Educação Geral, (3) Educação Técnica e Profissional, (4) Educação de Adultos, (5) Educação Especial e (6) Ensino Superior.

A Educação Geral abrange as etapas da educação básica, incluindo o ensino primário (do 1º ao 6º ano) e o primeiro ciclo do ensino secundário (do 7º ao 9º ano). O segundo ciclo do ensino secundário (do 10.º ao 12.º ano) prepara os estudantes para o ensino superior ou para a inserção no mercado de trabalho. A formação de professores ocorre em instituições específicas, como as Escolas de Formação de Professores (EFP) e os Institutos Superiores de Ciências da Educação (ISCED), e é organizada nos níveis médio e superior, conforme o subsistema de formação docente (Angola, 2016).

A Lei nº 17/2016 reafirma que o Subsistema de Formação de Professores integra o Sistema Nacional de Educação e é responsável pela formação inicial e continuada de educadores de infância, de professores do ensino primário e do ensino secundário. Embora esteja formalmente inserido no Sistema Nacional de Educação, o subsistema docente mantém articulação direta com o Sistema Nacional de Formação Profissional, especialmente no que diz respeito à certificação, à qualificação profissional e à adequação das competências docentes às demandas do mercado de trabalho e às políticas nacionais de desenvolvimento. Essa organização sugere que a formação de professores ocupa posição estratégica, atuando como ponte entre a educação geral e a formação profissional, garantindo coerência entre as políticas educacionais e as necessidades socioeconômicas do país.

Compreender os subsistemas educacionais como diferentes etapas e modalidades de ensino, organizadas de acordo com as especificidades regionais, culturais e sociais, é essencial para que o educador atue de forma coerente e eficiente. Os subsistemas representam a forma como o sistema de ensino se estrutura e se adapta às diversidades, possibilitando uma prática pedagógica justa e inclusiva. É igualmente relevante compreender como são organizados os sistemas de ensino de outros países, pois isso permite interpretar distanciamentos e aproximações que contribuem para a análise dos limites e das perspectivas da formação de professores.

Com o processo de independência da colônia portuguesa, em 1975, e o fim da guerra civil em 2002, o contexto histórico impôs limites e entraves ao planejamento educacional do país e, consequentemente, à legislação e à formação de professores da rede básica. Um marco para a construção do sistema educacional angolano no período pós-guerra civil foi a Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE), Lei nº 13, de 31 de dezembro de 2001, que estabeleceu, com o objetivo de fortalecer o direito à educação, evidenciando a intenção do Estado de ampliar o acesso escolar, combater o analfabetismo e aprimorar o funcionamento do sistema educacional (Angola, 2001).

Além disso, a lei reconhece que as profundas mudanças no sistema socioeconômico, especialmente a transição de uma economia de orientação socialista para uma economia de mercado, exigem uma readaptação do sistema educativo, de modo a responder às novas demandas de formação de recursos humanos necessários ao progresso socioeconômico da sociedade angolana (Angola, 2001).

Ainda na LBSE/2001, a legislação abrange os subsídios necessários à formação docente e define os objetivos a serem alcançados, esclarecendo que o subsistema de formação de professores consiste em formar docentes para a educação pré-escolar e para o ensino geral, incluindo a educação regular, a educação de adultos e a educação especial (Angola, 2001).

Em 2011, esses termos foram atualizados com a publicação do Decreto Presidencial nº 109, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Subsistema de Formação de Professores. O documento expressa uma preocupação governamental com a formação e a carreira docente, buscando atualizações e aprimoramentos que dialogam com a reconstrução e o resgate do sistema educacional angolano, com ênfase na formação de professores qualificados para atender à expansão do sistema (Angola, 2011).

Em 2016, a LBSE foi aprimorada com a promulgação da Lei nº 17, de 7 de outubro. Nesse momento, observa-se uma visão mais desenvolvida das políticas de formação de professores. A formação de professores/as passa a ser compreendida como uma estratégia econômica para o país, assumindo maior relevância e tornando-se responsável pela gestão de recursos humanos voltados à melhoria da qualidade do ensino. A lei consolida decretos anteriores, reafirmando a preocupação com a qualidade e a coerência das políticas educacionais (Angola, 2016).

Em 2018, foi aprovado o Decreto-Lei nº 193.119, que introduziu mudanças nas normas curriculares dos cursos de graduação, impactando diretamente a formação de professores. Esse documento representa um avanço e uma atualização das demandas do sistema educacional contemporâneo do país (Angola, 2018).

Em 2020, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino foi atualizada, com o aprimoramento da Lei nº 17/16, visando fortalecer a articulação entre os diferentes subsistemas educacionais e reforçar o papel central do professor no processo educativo. No mesmo ano, foi publicado o Decreto Presidencial nº 273, de 21 de outubro de 2020, que atualizou o sistema de formação básica do professor.

O documento tornou o processo mais rigoroso, apresentando de forma clara as capacidades necessárias à formação de professores e introduzindo novos sistemas de avaliação interna e externa dos cursos de formação profissional,

visando melhorar a qualidade e o desempenho do profissional docente (Angola, 2020).

A formação de professores em Angola também conta com o Decreto-Lei nº 21-A, de 1992 (Lei de Bases do Sistema Nacional de Formação Profissional), considerado um dos primeiros e mais importantes documentos da área. Essa legislação atua como mediadora e estabelece as bases do sistema educacional profissional do país, definindo sua estrutura legal, os níveis e modalidades de formação, a articulação com o sistema educativo, os centros de formação, as áreas prioritárias e a certificação (Angola, 1992).

Tendo isso em vista, Alfredo (2013) afirma que a ação docente reflete diretamente a realidade cultural e social dos indivíduos, influenciando suas formas de pensar e agir em diversos aspectos da vida. Nesse contexto, destaca-se que "os professores possuem, como colectivo social, um certo status, que varia segundo as sociedades e os contextos, diferenciando-se em função do nível de escolaridade em que exercem" (Sacristán, 2008, p. 66, sic).

A formação de professores em Angola, segundo Sacristán (2008), consiste em dois níveis, ambos realizados no período de quatro anos letivos:

> O nível da Formação Superior, cujos professores exercem a atividade docente no 2º Ciclo do Ensino Secundário e, eventualmente, nas séries iniciais (Artigos 19 e 30, Lei nº 13/01 Lei de Bases do Sistema de Educação de Angola), e o nível da Formação Média, que se realiza nas Escolas de Magistério Primário, cuja vocação é a formação de professores de séries iniciais e nas Escolas de Formação de Professores (EFP), ex-Institutos Normais de Educação (INE) ou ex-Institutos Médios Normais (IMN), que formam professores do 1º Ciclo do Ensino Secundário (Alfredo, 2013, p. 30).

Com o surgimento do Instituto Médios Normais (IMN) de Angola, em 1978, encerrou-se o ciclo de formação acelerada, no qual os docentes eram preparados inicialmente em 12 semanas, posteriormente em 20 semanas e, mais adiante, em um ano letivo completo. Em 1980, os contratos com professores estrangeiros, que até então representavam a maior parte do corpo docente, foram encerrados, transferindo aos próprios angolanos a responsabilidade pela continuidade da formação de professores (Alfredo, 2013).

Como consequência desse encerramento, foram abertos concursos públicos com o objetivo de suprir a escassez de profissionais na área. Essa medida ampliou as oportunidades tanto para indivíduos com formação especializada quanto para aqueles com níveis acadêmicos inferiores à média (Alfredo, 2013).

A Lei nº 273/2020 (Angola, 2020) promoveu uma atualização rigorosa no

sistema de formação inicial dos professores, introduzindo um novo sistema de avaliação dos cursos e valorizando o sistema educacional. A legislação também define e delimita os critérios básicos do perfil do docente.

Brás (2023) afirma que, apesar dos avanços nas políticas de formação de professores apresentarem resultados positivos e animadores, ainda há necessidade de políticas voltadas ao aprimoramento da formação inicial e continuada.

No caso da formação continuada, esta é organizada conforme os critérios das próprias instituições de ensino básico, por meio de seminários de capacitação pedagógica e de projetos financiados pelo governo angolano, configurando-se como política pública (Brás, 2023).

Dados do Relatório da Consulta Nacional da UNESCO (2022) indicam que apenas 14,7% dos professores em Angola possuem formação de nível superior. Em comparação com outros países membros da CPLP, como o Brasil, onde cerca de 75% dos professores da educação básica têm formação superior, Angola apresenta índices significativamente mais baixos, o que revela desafios expressivos na formação de docentes para a educação básica.

Apesar dos avanços normativos, a legislação ainda carece de diretrizes explícitas sobre a incorporação da Educação das Relações Étnico- raciais (ERER) na formação de professores, aspecto fundamental em um país marcado pela diversidade cultural e linguística.

Em síntese, a análise da política de formação de professores em Angola evidencia um conjunto de diretrizes que, embora orientadas para a expansão e melhoria do sistema educativo, ainda enfrentam desafios estruturais e operacionais que condicionam sua efetividade. A verificação da existência dessas políticas permite compreender tanto seus avanços quanto suas limitações, constituindo a base para a discussão subsequente.

A próxima seção, dedicada às implicações dessas políticas, aprofundará os efeitos concretos sobre a docência, a qualidade da educação e os processos de profissionalização no contexto angolano.

Implicações das políticas de formação de professores em Angola

Como contextualizado por Chimuco e Pacheco (2018), a formação de professores representa uma ferramenta crucial para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade do ensino, sendo o principal objetivo da reforma educativa em curso em Angola. A reforma foi analisada pelos autores por meio da aplicação de questionários a uma amostra de respondentes de duas escolas dos municípios satélites da província de Benguela, além de entrevistas com gestores dos institutos, a fim de compreender se os objetivos estavam sendo alcançados. Os

resultados foram organizados em dois aspectos: (1) mudanças introduzidas pelas reformas educativas e curriculares na formação inicial de professores; e (2) modelo de formação inicial adotado nas escolas de formação de professores.

Os autores concluem que há alta demanda por qualificação profissional; contudo, a oferta não supre essa demanda, o que mostra a necessidade de ampliar as escolas de formação de professores. É nesse domínio que a reforma pode traduzir-se em inovação, quando promove mudanças concretas na ação dos professores e dos diversos agentes educativos (Chimuco; Pacheco, 2018).

Embora a reforma tenha introduzido um modelo com certa autonomia curricular, sua implementação ainda enfrenta desafios, como a falta de envolvimento dos docentes. Segundo os pesquisadores, ao serem questionados sobre a adequação dos modelos formativos à realidade educacional de Angola, a maior parte dos professores demonstrou incerteza, optando por não se posicionar, o que evidencia insegurança quanto à pertinência do modelo adotado (Chimuco; Pacheco, 2018).

Esse cenário aponta para a urgência de investimentos na infraestrutura educacional, na valorização dos professores e na adaptação dos currículos. Sem mudanças concretas, a reforma pode tornar-se ineficaz, comprometendo a qualidade da educação e a preparação dos futuros docentes. Por outro lado, revela também uma crescente valorização e procura por formação qualificada de professores e de demais profissionais da área da educação.

Para António (2024), a formação étnico-racial constitui um eixo fundamental para a reconstrução da educação angolana a partir de uma perspectiva decolonial, uma vez que o sistema escolar ainda carrega marcas profundas da colonialidade, expressas na desvalorização das línguas nacionais, na marginalização das identidades culturais locais e na reprodução de epistemologias eurocentradas.

O autor argumenta que repensar a formação de professores implica romper com modelos pedagógicos que naturalizam hierarquias raciais e culturais, substituindo-os por práticas que reconheçam a pluralidade étnica do país e valorizem saberes ancestrais, cosmologias africanas e epistemologias do Sul (António, 2024).

Nesse sentido, a formação de professores deve promover consciência crítica sobre o legado colonial, fortalecer a identidade cultural angolana e construir currículos que integrem línguas, histórias e experiências dos diversos grupos étnicos, contribuindo para uma educação emancipadora e alinhada às realidades socioculturais do país (António, 2024).

Conforme Nicolau e Monteagudo (2019), é possível compreender melhor as dificuldades enfrentadas pelo país nas políticas de formação de professores ao analisar práticas educativas e curriculares, identificar obstáculos no cotidiano

escolar e sugerir melhorias na formação de professores por meio da observação da prática educativa. O estudo aponta a persistência de um modelo transmissivo de ensino e aponta desafios tanto na formação inicial quanto na formação continuada dos professores.

A formação de professores em Lubango é uma área do sistema educativo que merece atenção especial, já que um dos principais pontos de estrangulamento do sistema educativo atual, implementado desde 1978, reside na qualidade e na quantidade do corpo docente (Nicolau; González-Monteagudo, 2019, p. 5).

A política de formação de professores/as no país, ao contextualizar os impactos históricos e sociais da educação angolana, destaca desafios como a necessidade de atualização dos currículos, a carência de formação pedagógica sólida entre os professores/as e a falta de integração entre teoria e prática nos cursos de formação. Além disso, questiona os critérios de contratação, que priorizam a formação acadêmica sem considerar, de forma suficiente, a preparação pedagógica dos docentes.

A pesquisa também enfatiza a importância da formação continuada, essencial para que os professores acompanhem as mudanças educacionais e aprimorem suas práticas. O estudo sugere que políticas educacionais significativas devem fortalecer a qualificação docente para melhorar a qualidade da educação básica no país. Suas reflexões contribuem para o desenvolvimento de estratégias que valorizem a formação dos professores e promovam avanços no ensino em Angola.

De acordo com Nicolau e González-Monteagudo (2019, p. 5), “formar professores está relacionado com as políticas que cada país implementa no âmbito do desenvolvimento educacional.” Essa afirmação enfatiza a interconexão entre a política de formação de professores e o desenvolvimento educacional geral do país, sugerindo que decisões políticas, incluindo financiamento, currículo e suporte profissional, têm impacto direto na qualidade da formação de professores. Isso implica que, para haver progresso na educação básica, as políticas devem estar alinhadas e integradas, considerando a realidade local e as necessidades dos educadores.

Alfredo e Tortella (2014), ao analisarem o perfil do professor do ensino básico em Angola, salientam a necessidade de alinhar a formação ao contexto sociocultural angolano, garantindo que programas como o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023–2027) sejam relevantes para a realidade dos alunos e dos professores. Além disso, enfatizam a integração entre teoria e prática, sugerindo que as políticas educacionais incentivem a aplicação prática do conhecimento em sala de aula, valorizando e compreendendo as necessidades individuais dos docentes.

A qualidade na formação de professores não é entendida isoladamente, pois não se limita ao conteúdo, mas também à interatividade do processo (Alfredo; Tortella, 2014). Essa concepção aponta para uma visão holística da formação de professores: a qualidade deve superar a mera transmissão de conteúdo, incorporando interatividade, colaboração e envolvimento ativo dos participantes.

Tal abordagem é especialmente relevante em contextos em que a transformação da educação depende tanto da formação dos professores/as quanto da sua capacidade de interagir com alunos e colegas.

Segundo Alfredo e Tortella (2014), é preciso defender uma formação de alta qualidade, que abranja as dimensões técnicas, políticas e pedagógicas, inspirando a criação de programas de formação contínua e especializada. A valorização do professor é outro ponto relevante, com ênfase na necessidade de melhores condições de trabalho e de remuneração.

Outro aspecto estruturante refere-se à composição étnico-racial dos professores angolanos. Segundo Pedro (2024), a diversidade cultural e linguística de Angola, marcada pela coexistência de múltiplas línguas nacionais e pela predominância do português como língua oficial, exige que a formação docente seja orientada para práticas que valorizem os repertórios linguísticos dos alunos e promovam o diálogo entre saberes locais e universais.

Pedro (2024) argumenta que a ausência de articulação entre esses saberes compromete a qualidade educativa, reforçando a necessidade de currículos inclusivos que reconheçam as línguas nacionais como veículos de socialização, de identidade e de continuidade cultural.

Nesse sentido, formar professores para a diversidade implica desenvolver competências interculturais, pensamento crítico e práticas pedagógicas reflexivas capazes de integrar as línguas e culturas dos estudantes ao processo de ensino, contribuindo para uma educação mais equitativa e contextualizada no cenário angolano (Pedro, 2024).

A proposta de uma reflexão crítica sobre a formação sugere que as políticas devem promover uma educação que desafie normas e busque transformações significativas, incentivando a inovação entre os educadores. Assim, a bibliografia da área sinaliza diretrizes para pesquisadores e formuladores de políticas que desejam aprimorar a formação de professores em Angola.

As políticas educacionais angolanas, entre 2010 e 2025, refletem um percurso marcado por avanços normativos importantes, mas também por desafios persistentes de ordem estrutural, política e pedagógica. Desde a promulgação da Constituição da República de Angola, em 2010, que consagrou a educação como direito fundamental de todos os cidadãos e dever inalienável do Estado, o país empreendeu reformas legislativas e administrativas voltadas à

modernização do sistema educacional e à sua ampliação de forma mais inclusiva. Contudo, a implementação prática dessas políticas revela um cenário em que os marcos legais nem sempre encontram respaldo nas condições materiais e institucionais para sua execução.

Kuebo e Martins Filho (2023) analisam que a formação de professores em Angola avança de forma limitada, ainda condicionada por obstáculos estruturais que dificultam a implementação de políticas formativas consistentes. Os autores ressaltam que a falta de recursos, a fragilidade dos programas e o descompasso entre a escola e o currículo comprometem a profissionalização docente. Assim, defendem que perspectivas mais sólidas dependem de investimentos contínuos e de maior articulação institucional (Kuebo; Martins Filho, 2023).

O sistema educativo angolano mantém uma relação direta e determinante com a formação de professores, pois as fragilidades estruturais do próprio sistema, como apontam Santana e Muanda (2024), repercutem na qualidade, profundidade e intencionalidade das políticas formativas. A persistência de "velhos problemas", como a insuficiência de professores qualificados, a desarticulação entre teoria e prática e a ausência de políticas consistentes de valorização profissional, evidencia que a formação de professores não se desenvolve de forma autônoma, mas condicionada por um sistema que ainda carrega marcas da colonialidade, desigualdades regionais e limitações institucionais.

A partir da análise realizada por Damásio e Magalhães (2025), observa-se que a formação de professores em Angola enfrenta desafios estruturais que comprometem a qualidade do processo educativo, especialmente devido à insuficiência de políticas consistentes de profissionalização, à fragilidade dos programas formativos e à distância entre as exigências da prática pedagógica e os recursos efetivamente disponibilizados aos professores.

Damásio e Magalhães (2025) destacam que a ausência de investimentos contínuos, a desarticulação entre teoria e prática e a falta de condições institucionais adequadas dificultam a consolidação de uma formação de professores capaz de responder às demandas contemporâneas da educação angolana, perpetuando desigualdades e limitando o desenvolvimento profissional dos educadores.

O governo angolano precisa rever seu compromisso financeiro com a educação, especialmente com a formação de professores. Investimentos maiores possibilitariam melhor qualificação dos professores e condições materiais adequadas nas escolas, favorecendo a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento integrado dos alunos (Damásio; Magalhães, 2025, p. 62).

A análise realizada por Gomes e Pedro (2025) explicita que a precarização da formação e da profissão docente em Angola decorre de um conjunto de

fatores estruturais que fragilizam o trabalho dos professores, entre os quais a burocratização das práticas, o controle excessivo das atividades pedagógicas, a secundarização da participação docente nos processos decisórios e a ausência de condições materiais, financeiras e salariais adequadas. Embora os discursos políticos enfatizem a importância da formação de professores, tais enunciados não têm sido acompanhados de melhorias reais na valorização social e profissional da docência, “resultando em um cenário marcado pelo mal-estar docente e pela persistência de práticas pobres que limitam a qualidade da educação no país” (Gomes; Pedro, 2025, p. 2).

Assim, compreender a formação de professores em Angola implica reconhecer que ela é simultaneamente produto e motor do sistema educativo: depende de sua estrutura normativa e de suas condições materiais, ao mesmo tempo em que é fundamental para transformá-lo e superar os desafios históricos que atravessam a educação angolana.

No plano normativo, o governo angolano editou instrumentos fundamentais, como a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei nº 17/2016), posteriormente revista pela Lei nº 32/20, bem como decretos, tais como o Estatuto do Subsistema de Formação de Professores (Decreto Presidencial nº 109/11) e o Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores da Infância, do Ensino Primário e do Ensino Secundário (Decreto nº 273/2020). Tais documentos estabeleceram diretrizes para a formação inicial e continuada de docentes, para a organização dos níveis de ensino e para os parâmetros de qualidade das instituições escolares. No entanto, como assinalam André e Coelho (2024), esses avanços legislativos frequentemente não se traduzem em transformações efetivas no cotidiano das escolas, pois esbarram na escassez de infraestrutura básica, na insuficiência de recursos humanos qualificados e na fragilidade das estruturas administrativas.

A influência de organizações internacionais também marcou significativamente a formulação das políticas educacionais em Angola nesse período. Organismos multilaterais como a UNESCO, o Banco Mundial e a UNICEF passaram a desempenhar um papel central na definição de metas, indicadores e programas educacionais, promovendo uma agenda orientada por princípios de eficiência, padronização e mensuração de resultados.

Programas como o “Aprendizagem para Todos”, financiado pelo Banco Mundial, buscaram alinhar Angola às métricas internacionais de desempenho educacional, introduzindo avaliações em larga escala, como os Exames Nacionais Piloto e a Avaliação Nacional das Aprendizagens (ANA). Embora tais iniciativas visem à melhoria da qualidade do ensino, sua implementação tem sido criticada por especialistas, como Brás e Scaff (2023), que apontam uma tendência à tecnocratização da educação, em detrimento de abordagens pedagógicas mais contextualizadas e humanizadas.

Segundo Bortot e Brás (2023), o Programa Aprendizagem para Todos opera como um mecanismo central de racionalidade técnica na formação de professores em Angola, ao estruturar processos formativos alinhados à pedagogia das competências, à avaliação padronizada em larga escala e aos princípios da Nova Gestão Pública. O PAT, financiado e orientado pelo Banco Mundial, institucionaliza práticas de controle, monitorização e responsabilização docente, reduzindo a formação a parâmetros mensuráveis de eficiência e eficácia, especialmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Nesse modelo, a formação inicial e continuada passa a ser guiada por metas de desempenho, softwares de observação, como o TEACH, e instrumentos de avaliação censitária, reforçando uma lógica mercantil que prioriza resultados quantificáveis em detrimento de dimensões críticas, culturais e emancipadoras da docência (Bortot; Brás, 2023).

Santos, Brás e Perboni (2026) analisam que as orientações do Grupo Banco Mundial têm exercido influência decisiva na configuração da política de formação de professores em Angola, sobretudo ao promover reformas alinhadas a uma racionalidade neoliberal que privilegia programas de curta duração, modelos de capacitação em serviço e mecanismos de avaliação padronizados.

Segundo Santos, Brás e Perboni (2026), por meio de financiamentos, assistência técnica e produção de diagnósticos, o Banco Mundial passou a orientar a formulação de políticas nacionais, incentivando a adoção de mecanismos de gestão, de accountability e a padronização das práticas pedagógicas, o que contribui para a externalização das decisões educacionais e para a crescente dependência de agendas globais. Nesse contexto, a formação de professores é reconfigurada segundo parâmetros internacionais que nem sempre dialogam com as necessidades locais, o que reforça as tensões entre a autonomia nacional e as diretrizes multilaterais (Santos; Brás; Perboni, 2026).

Nesse sentido, verifica-se um descompasso entre o conteúdo das políticas e as realidades locais, especialmente nas zonas rurais e periféricas, onde o acesso à educação ainda é limitado e as condições de funcionamento das escolas são precárias. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), até 2023, mais de 60% das escolas públicas não dispunham de acesso à água potável, à energia elétrica ou a instalações sanitárias adequadas. Além disso, estima-se que cerca de 28% dos professores em exercício não possuíam formação pedagógica adequada, o que compromete a qualidade da aprendizagem.

A formação de professores, tanto inicial quanto continuada, constitui outro ponto crítico. Apesar da existência de um subsistema formalmente estruturado, a formação de professores em Angola permanece marcada por um viés excessivamente tecnicista e desarticulado das necessidades pedagógicas reais

dos educadores. A formação continuada, por sua vez, tende a ser episódica, sem planejamento sistêmico ou acompanhamento efetivo, limitando-se, muitas vezes, a ações pontuais de “aperfeiçoamento” promovidas por organismos externos.

A avaliação educacional, outro pilar das políticas recentes, também revela ambiguidades. Embora a introdução de sistemas de avaliação em larga escala represente um esforço para monitorar a qualidade do ensino, sua operacionalização tem se mostrado limitada pela baixa capacidade institucional, pela ausência de cultura avaliativa nas escolas e pela tendência à interpretação reducionista dos resultados.

A centralização excessiva das decisões educacionais também constitui um obstáculo à eficácia das políticas. A escassa autonomia das escolas e das administrações regionais limita a capacidade de adaptação curricular e metodológica às especificidades locais, resultando em uma uniformização que ignora a diversidade cultural, linguística e social do país. As políticas educacionais globalizadas operam como “textos de política” que, ao serem transpostos para contextos nacionais, sofrem traduções diversas, nem sempre coerentes com a intencionalidade original. No caso angolano, essas traduções são frequentemente mediadas por uma burocracia pouco articulada com os atores escolares e pela ausência de uma política de diálogo com professores, estudantes e comunidades (Ball; Verger, 2013).

Diante desse panorama, é possível afirmar que as políticas educacionais angolanas, no período de 2010 a 2025, avançaram significativamente em termos de normatização e formalização institucional, mas ainda carecem de mecanismos eficazes de implementação, acompanhamento e avaliação. A aposta em modelos externos, sem a devida mediação crítica e contextualização, contribuiu para a produção de políticas desconectadas das realidades escolares, alimentando uma lógica de responsabilização e controle, em detrimento de uma política educativa democrática, participativa e emancipadora.

Para além da elaboração de novos documentos legais, é necessário investir na formação crítica dos professores, na valorização das culturas locais, no fortalecimento das infraestruturas escolares e na construção de uma governança educacional mais transparente, descentralizada e dialógica.

A produção analisada revela que a formação de professores em Angola é atravessada por desafios estruturais, históricos e políticos que limitam sua efetividade, apesar dos avanços normativos e das reformas recentes. Os autores destacam problemas persistentes, como a insuficiência de professores qualificados, a desarticulação entre teoria e prática, a precarização das condições de trabalho, a centralização das decisões educacionais e a influência de agendas internacionais que introduzem modelos tecnicistas e padronizados,

muitas vezes desconectados das realidades locais (Chimuco; Pacheco, 2018; Nicolau; González-Monteagudo, 2019; Damásio; Magalhães, 2025; Gomes; Pedro, 2025). A formação inicial permanece frágil, marcada por currículos pouco contextualizados, baixa participação docente nas reformas e pela ausência de políticas consistentes de valorização profissional. A formação continuada, por sua vez, tende a ser episódica e dependente de iniciativas externas, o que reforça a falta de continuidade e de acompanhamento pedagógico. Nesse cenário, os autores convergem ao afirmar que a formação de professores angolana é simultaneamente produto e motor do sistema educativo: depende das condições materiais e institucionais, mas também é fundamental para transformá-las.

Um ponto decisivo que emerge na literatura é a dimensão étnico-racial, entendida como um eixo estruturante para repensar a formação de professores em Angola. A herança da colonialidade, expressa na desvalorização das línguas nacionais, na marginalização das identidades culturais locais e na reprodução de epistemologias eurocentradas, ainda molda as práticas pedagógicas e os currículos (António, 2024; Pedro, 2024). Os autores defendem que a formação de professores deve incorporar epistemologias africanas, saberes ancestrais, cosmologias do Sul e práticas interculturais que reconheçam a pluralidade étnica do país. Isso implica superar modelos meramente transmissivos de integrações entre as línguas e culturas dos estudantes e a construção de currículos que dialoguem com a diversidade sociocultural angolana. Assim, a perspectiva étnico-racial não é apenas um complemento, mas uma condição para uma formação de professores emancipadora, capaz de enfrentar desigualdades históricas e promover uma educação mais justa, contextualizada e alinhada às realidades do país.

A formação de professores/as em Angola não pode ser compreendida sem considerar a dimensão étnico-racial, marcada pela herança da colonialidade e pela imposição de modelos educativos europeus que deslegitimaram os saberes africanos. Como destacam António e Pedro (2024), processos educativos em sociedades pós-coloniais exigem políticas que reconheçam identidades, valorizem epistemologias locais e enfrentem desigualdades historicamente produzidas. No caso angolano, essa perspectiva é fundamental para compreender tanto os desafios da formação de professores quanto a necessidade de currículos que dialoguem com a diversidade cultural e linguística do país.

Assim, os resultados apresentados, sustentados pela abordagem quanti-qualitativa que integrou dados documentais, referências bibliográficas e análises interpretativas, encerram esta seção e abrem caminho para as considerações finais, onde os principais achados serão retomados e discutidos em perspectiva ampliada.

Considerações finais

As discussões suscitadas a partir dos dados da investigação permitiram compreender a política de formação de professores da educação básica em Angola como um campo estratégico para o fortalecimento do sistema educacional nacional e o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais. Ao analisarmos o contexto histórico, político e educacional do país, percebemos que a formação de professores vem sendo moldada por um conjunto de reformas legais e estruturais que visam qualificar o ensino e ampliar o acesso à educação. O levantamento bibliográfico e documental evidenciou que, embora haja avanços importantes na normatização e na implementação de políticas públicas voltadas à formação de professores, ainda persistem desafios significativos a serem superados.

As dificuldades concentram-se principalmente na infraestrutura das instituições formadoras, na valorização profissional, na formação continuada e na adaptação dos currículos às realidades locais, especialmente nas zonas rurais. Observa-se também a necessidade de assegurar a coerência entre as políticas formuladas e as condições reais de sua execução nas escolas.

Consideramos que a formação de professores em Angola precisa ser concebida como um processo contínuo e integrado, que envolva investimentos estruturais, planejamento de longo prazo e participação ativa dos educadores na construção das políticas educacionais. A expectativa é que, ao compreendermos os avanços e os obstáculos existentes, possamos contribuir com reflexões que inspirem melhorias efetivas na formação de professores, promovendo uma educação mais equitativa, étnico-racial, inclusiva e de qualidade para todas as pessoas.

Assim, consolidar políticas de formação docente sólidas e equitativas é condição indispensável para que Angola avance rumo a um projeto educacional inclusivo, democrático e comprometido com o desenvolvimento humano.

O estudo contribui para o campo das políticas educacionais ao oferecer uma análise atualizada e crítica da formação de professores em Angola, destacando avanços, limites e caminhos possíveis para o fortalecimento do sistema educacional.

Referências

ALFREDO, Francisco Calóia Hombo. **A avaliação formativa na formação de professores para o ensino básico em Angola**. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

ALFREDO, Francisco Calóia Hombo; TORTELLA, Jussara Cristina Barboza. Formação de professores em Angola: o perfil do professor do ensino básico. **EccoS** – Revista Científica, São Paulo, n. 33, p. 125-142, jan./abr. 2014. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/3511. Acesso em: 29 jul. 2025.

ANDRÉ, António Miguel; COELHO, Marciele Nazaré. A avaliação institucional nas políticas educacionais angolanas e as experiências avaliativas. **Revista da Faculdade de Educação** (Universidade do Estado de Mato Grosso), v. 34, ano 19, n. 2, p. 135-156, jul./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/5153. Acesso em: 31 jul. 2025.

ANGOLA. Assembleia Nacional. **Lei nº 16, de 22 de outubro de 2024**. Estabelece as bases do Sistema Nacional de Formação Profissional. Diário da República, I Série, n. 202, p. 11940, 22 out. 2024.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Imprensa Nacional, 2010. Disponível em: http://tribunalsupremo.ao/wp-content/uploads/2018/05/constituicao-da-republica-de-angola.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

ANGOLA. **Decreto Presidencial nº 109, de 26 de maio de 2011** – Estatuto do Subsistema de Formação de Professores. Diário da República, I Série, nº 98, 2011. Disponível em: https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2011/decreto-presidencial-n-o-109-11-de-26-de-maio/. Acesso em: 18 mar. 2025.

ANGOLA. **Decreto Presidencial nº 205, de 3 de setembro de 2018**. Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente. Diário da República, I Série, nº 135, 2018. Disponível em: https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2018/decreto-presidencial-n-o-205-18-de-03-de-setembro/. Acesso em: 18 mar. 2025.

ANGOLA. **Decreto Presidencial nº 273, de 21 de outubro de 2020**. Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário. Diário da República, I Série, nº 168, 2020. Disponível em: https://sys.portais.gov.ao/uploads/14dp_273_20_de_21_de_outubro_regime_juridico_da_formacao_inicial_de_educadores_de_infancia_de_professores_do_ensino_primario_e_secundario_41121876463237dd7c1c22_compressed_47763aa276.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

ANGOLA. **Lei nº 13/01, de 31 de dezembro**. Diário da República, I Série, nº 170, 2001. Disponível em: https://sys.portais.gov.ao/uploads/13lei_32_20_de_12_de_agosto_lei_de_bases_de_educacao_e_ensino_alteracao_a_lei_17_137004928963237a670211f_16_compressed_28b9365abc.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

ANGOLA. **Lei nº 17/16, de 7 de outubro** – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I Série, nº 170, 2016. Disponível em: https://sys.portais.gov.ao/uploads/13lei_32_20_de_12_de_agosto_lei_de_bases_de_educacao_e_ensino_alteracao_a_lei_17_137004928963237a670211f_16_compressed_28b9365abc.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

ANGOLA. **Província de Luanda**. Governo de Angola, Luanda, 2025. Disponível em: https://governo.gov.ao/provincia/luanda. Acesso em: 30 jul. 2025.

ANGOLA. **Relatório da Consulta Nacional**: Cimeira sobre a Transformação da Educação. Governo de Angola; Comissão Nacional de Angola para a UNESCO e Nações Unidas em Angola, 13 ago. 2022.

ANTÓNIO, Fernando Júnior Adão. **Repensando a educação em Angola na perspectiva decolonial**. 2024. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Goiânia, 2024.

BALGIDO QUIAGE, Virgílio Adolfo. Educação em Angola: antes, durante e depois da independência. **Educar Agora** (blog), [s.l.], 17 set. 2014. Disponível em: https://balgidoquiage.wordpress.com/2014/09/17/educacao-em-angola-antes-durante-e-depois-da-independencia/. Acesso em: 30 jul. 2025.

BALL, Stephen; VERGER, Antoni. **Global education policy and international development**: new agendas, issues and policies. London: Bloomsbury, 2013.

BORTOT, C. M.; BRÁS, C. A. O Programa Aprendizagem para Todos como instrumento de racionalidade técnica na formação de professores em Angola. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 17, e89486. Março de 2023.

BRÁS, Chocolate Adão. Política de valorização docente em Angola: análise da formação, carreira e remuneração do professor do ensino primário. In: **SEMINÁRIO REGIONAL DA ANPAE**, 13., 2023, Brasil. Anais [...]. Brasil: ANPAE, 2023. Disponível em: https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero13/resumos/Eixo4/8Politica_de_valorizacao_docente_em_Angola_analise_da_formacao_carreira_e_remuneracao_do_professor.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRÁS, Chocolate Adão; SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Políticas de formação de professores em Angola: trajetória e desafios. **ETD**- Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 25, e023052, p. 1-18, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/etd/v25/1676-2592-etd-25-e023053.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRÁS, Chocolate Adão. **Política de formação inicial de professores em nível médio em Angola 2010-2022**: contexto, atores e implicações. 2024. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

CHIMUCO, Sandra Marisa Nascimento. **A formação inicial de professores em Angola no contexto da reforma educativa**: desafios e necessidades (Institutos Médios Normais de Educação de Benguela). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Minho, Braga, 2015.

CHIMUCO, Sandra Marisa Nascimento; PACHECO, José Augusto. A formação inicial de professores em Angola no contexto da reforma educativa: um estudo no Instituto Médio Normal de Educação de Benguela/Escola de Formação de Professores. In: **CONFERÊNCIA FORGES**, 8., 2018, Lisboa. Anais [...]. Lisboa: FORGES, 2018. Disponível em: https://eventos.aforges.org/wp-content/uploads/sites/63/sites/64/2023/05/40-A-FORMACAO-INICIAL-DE-PROFESSORES-EM-ANGOLA-NO-CONTEXTO-DA-REFORMA-EDUCATIVA.pdf. Acesso em: 1 jun. 2026.

GOMES, João Maria Bazonga; PEDRO, Lando Emanuel Ludi. A precarização da profissão docente em Angola: novos contextos, velhas práticas. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 47, n. 94, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/

article/view/9626. Acesso em: 1 jun. 2026.

GOVERNO DE ANGOLA. **Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027**. Disponível em: https://governo.gov.ao/noticias/1240/sociedade/plano-de-desenvolvimentonacional/taxa-de-alfabetizacao-aumenta-para-78-por-cento-em-2027. Acesso em: 18 mar. 2025.

GUITARRARA, Paloma. Angola. **Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/angola.htm. Acesso em: 30 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Índice de Pobreza Multidimensional de Angola**. Luanda: INE, 2020. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637494425092204878.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.

JÚLIA JÚNIOR, André. **Formação docente em Angola (2001-2015)**: currículo e política de formação de professores para o Ensino de Jovens e Adultos. 2017. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

KUEBO, Paulino Gregório Armando; MARTINS FILHO, Lourival José. Cenários e perspectivas da formação docente em Angola. **Revista BOEM**, Florianópolis, v. 11, p. e0140, 2023. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/boem/article/view/24813. Acesso em: 20 jun. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAGALHÃES, João Pedro; DAMÁSIO, Teresa do Rosário Carvalho de Almeida. Desafios à formação docente no sector da educação em Angola. **Revista Científica de Estudos Multidisciplinares do Planalto Central**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 47- 65, 2025. Disponível em: https://portalpensador.com/index.php/REME/article/view/662. Acesso em: 2 jun. 2026.

PEDRO, Adalgiza Hayley J. A. Formação de professores para a diversidade linguística: dos discursos às práticas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 1-25, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbla/article/view/58053. Acesso em: 20 jul. 2026.

PÚCUTA, Marcos João; LUEMBA, Bonifácio dos Santos. Avaliação do programa de pedagogia geral no primeiro ano do curso de ensino primário do Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda, Angola. **Revista Educação em Páginas**, [S. l.], v. 2, p. e13528, 2023. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/redupa/article/view/16367. Acesso em: 31 jul. 2025.

NICOLAU, Manuel Caluvi; GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, José. Formação e prática educativa de professores secundaristas de Lubango, em Angola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/JdkNXTD9TLdPtqQ3KZgFMRg/?lang=pt. Acesso em: 20 jul. 2026.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SANTANA, Glenda Caceres; MUANDA, José. O sistema educativo angolano e a formação docente: novo contexto, velhos problemas. **Revista X**, v. 19, n. 2, p. 222-241, 2024. Disponível em: https://

revistas.ufpr.br/revistax/article/view/94376. Acesso em: 2 jun. 2026.

SANTOS, Thiago Rodrigo Fernandes da Silva; BRÁS, Chocolate Adão; PERBONI, Fabio. Influências das Orientações do Grupo Banco Mundial na Política de Formação de Professores em Angola. **Educação em Revista**, [S.l.], v. 42, p. e58737, 2026. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/zDwpXJcymgbyL7W6hzTPFXR/?format=html&lang=pt. Acesso em: 3 jun. 2026.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, Kelicia Rezende; BORTOTI, Camila Maria; SCAFF, Elisangela Alves da Silva. A interculturalidade como instrumento de internacionalização da educação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 93, n. 1, p. 146-161, 2023. Disponível em: https://rieoei.org/RIE/article/download/5993/4761. Acesso em: 01 ago. 2025.

SILVA, Rosa; SILVA, António Carvalho da. Um olhar sobre a formação de professores em Angola. In: ***COLÓQUIO CABO-VERDIANO DE EDUCAÇÃO***, 2., 2015, Praia. Anais [...]. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2015. p. 242–251. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/50958/1/Silva%20%26%20Silva%20%282015%29%20Forma%c3%a7%c3%a3o%20Professores%20Angola.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Tereza Motta. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099. Acesso em: 27 jul. 2025.

SOUZA, Pedro Bastos de; SOUZA, Álvaro Reinaldo de. Políticas de educação na comunidade dos países de língua portuguesa: uma análise das ações de cooperação. **Quaestio**: Revista de Estudos em Educação, Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, p. 209-232, abr. 2017. Disponível em: https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/2459. Acesso em: 27 jul. 2025.

UNESCO. **Relatório Mundial de Monitoramento da Educação 2022**: não deixar ninguém para trás educação inclusiva e equitativa para todos. Paris: UNESCO, 2022.

Declaração de uso de IA: correção de texto
Recebido em: 03/11/2025
Aceito em: 05/07/2026